

LIVROS DIDÁTICOS E HISTORIOGRAFIA: CONSTRUINDO RELAÇÕES ENTRE SABERES ESCOLARES E ACADÊMICOS PARA COMPREENDER O ENSINO DE HISTÓRIA DOS GOVERNOS AUTORITÁRIOS BRASILEIROS

Didactic books and historiography: building relationships between school and academic knowledge to understand history teaching in brazilian authoritarian governments

Libros didácticos e historiografía: construyendo relaciones entre conocimiento escolar y conocimiento académico para comprender la enseñanza de la historia en los gobiernos autoritarios brasileños

Darcylene Pereira Domingues¹
Júlia Silveira Matos²
Nathalia Vieira Ribeiro³
Rafaela Lima de Oliveira Guardalupi⁴

Resumo: A disciplina de História deseja direcionar alguns conteúdos e discussões pertinentes a formação dos estudantes, e conseqüentemente, o Ensino de História também. Logo, buscamos nesse estudo relacionar a produção historiográfica acadêmica sobre governos autoritários brasileiros no século XX, os saberes didáticos nos manuais escolares de história e o Ensino de História. Utilizamos como referencial teórico o historiador alemão Jörn Rüsen a partir das quatro constituições de sentido: percepção, interpretação, orientação e motivação e como metodologia análise de conteúdos nos materiais didáticos.

Palavras-chave: Ensino de História. Livro didático. Historiografia.

Abstract: The discipline of History wants to direct some content and discussions relevant to the formation of students, and consequently, the teaching of History as well. Therefore, in this study, we seek to relate the academic historiographical production on Brazilian authoritarian

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: darcylenedomingues@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1116806849100317>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1475-0577>.

² Prof^a. Dr^a. na Universidade Federal do Rio Grande e coordenadora do Laboratório de pesquisa e ensino em Didática da História. E-mail: jul_matos@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9702327766711105>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2767-6900>.

³ Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: ribeirovnathalia09@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6991967549735587>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0741-9010>.

⁴ Graduanda do curso de História Licenciatura na Universidade Federal de Rio Grande- FURG. E-mail: rafa.engmecnaval@gmail.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3108933244813773>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2801-0660>.

governments in the 20th century, the didactic knowledge in history textbooks and the teaching of History. We used the German historian Jörn Rüsen as a theoretical reference from the four constitutions of meaning: perception, interpretation, orientation and motivation and as a methodology content analysis in didactic materials.

Keywords: History Teaching. Textbook. Historiography.

Resumen: La disciplina de Historia quiere orientar algunos contenidos y discusiones relevantes para la formación de los estudiantes y, en consecuencia, también para la enseñanza de la Historia. Por lo tanto, en este estudio, buscamos relacionar la producción historiográfica académica sobre los gobiernos autoritarios brasileños en el siglo XX, el saber didáctico en los libros de texto de historia y la enseñanza de la Historia. Utilizamos como referente teórico al historiador alemán Jörn Rüsen desde las cuatro constituciones del significado: percepción, interpretación, orientación y motivación y como metodología el análisis de contenido en los materiales didácticos.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia. Libro de texto. Historiografía.

Introdução

A presente escrita do artigo demonstra um projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - RS, especificamente no Laboratório de pesquisa e Ensino em Didática da História, que tem por objetivos compreender as relações entre a historiografia sobre os governos autoritários brasileiros no século XX e suas apresentações nos livros didáticos. Além disso, perceber o papel das políticas de regulação e avaliação dos livros didáticos na apresentação e estruturação dos saberes históricos e por fim, analisar as práticas de Ensino de História em sala de aula a respeito da temática proposta. Nesse sentido, a pesquisa está estruturada em três momentos de execução, primeiramente a revisão bibliográfica a respeito da discussão sobre o Ensino de História e sua relação com o saber acadêmico; a segunda é a análise do papel pedagógico do livro didático e como esse ainda é centro do Ensino de História e o terceiro momento é a compreensão da política de avaliação e regulação dos livros didáticos de História.

Assim, se faz necessário para iniciarmos essa revisão, pensarmos que a docência e a história quando propostas enquanto saberes imbricados promovem a formação do profissional que chamaremos aqui de historiador-docente, o qual não é apenas um historiador que ministra aulas de História. Mas, é o pesquisador que de forma engajada com a intervenção no campo social e histórico de seu tempo, transforma os resultados de seu fazer histórico em conhecimento ensinável, transmissível e aplicável para a sociedade. O historiador-docente é aquele que consegue em sua prática profissional aliar seus conhecimentos históricos, resultantes de suas pesquisas, à docência em História, com vistas a propiciar aos seus

educandos um ambiente formativo voltado ao desenvolvimento de habilidades de análise, reflexão e crítica.

Dessa forma, em concordância com Fonseca, o que se busca é "a superação da dicotomia forma/conteúdo, uma vez que não é possível conceber uma metodologia de ensino deslocada da produção do conhecimento específico. Logo, o objetivo é a compreensão da totalidade do ato de conhecer" (FONSECA, 2003, p. 76). Essa totalidade do conhecimento é o próprio efeito da análise, da constituição de habilidades para a crítica do presente em relação ao passado. É um olhar que alcança a associação entre os conteúdos e os saberes práticos da vida cotidiana, que consegue transformar saberes históricos em conhecimentos aplicáveis para as relações com o trabalho e a sociedade.

Nessa direção, entende-se que o saber histórico é a matéria prima do historiador-docente para a constituição de uma educação para a diversidade, pois, de acordo com Marc Ferro, "não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para toda a vida" (FERRO, 1983, p. 11), seja ela, uma imagem religiosa, econômica, de gênero ou étnica. E para além disso, muitas vezes, encontramos discursos que silenciam essa diversidade, ou seja, compreendem a história somente a partir de uma perspectiva. Nosso esforço é justamente o contrário, observar a história a partir das múltiplas interpretações e por meio da análise de diferentes protagonistas. Logo, nos afastamos de um discurso único.

Como dito anteriormente, o artigo versa a respeito de um projeto de pesquisa que envolve diferentes alunos de graduação e pós-graduação e vem sendo construído ao longo do ano. Neste sentido, iremos apresentar somente algumas parciais ainda em debate e em desenvolvimento no interior do grupo. Primeiramente apresentando a parte do levantamento do estado da arte da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; num segundo momento as políticas relacionadas diretamente ao livro didático e por fim a idealização de um aplicativo.

Análises e resultados

Inicialmente a primeira parte do projeto utiliza como metodologia da análise de conteúdo fundamentada em Laurence Bardin (1979) para realizar o levantamento do estado da arte a partir das palavras-chave: História da Ditadura Militar brasileira; História dos Governos

civis-militares no Brasil; Ensino de História da ditadura militar brasileira; Aprendizagem histórica dos governos militares ou ditadura militar brasileira; Ditadura militar brasileira na sala de aula. Logo, a partir das pesquisas em portais de teses e dissertações podemos analisar a incidência do tema da ditadura brasileira no interior do Ensino de História e especificamente na sala de aula. Para tanto, a pesquisa está estruturada da seguinte maneira: a primeira se foca em construir um estado da arte atualizado sobre as pesquisas referente aos governos autoritários no Brasil, com centralidade no período da Ditadura Civil-Militar brasileira, de forma a traçar um quadro comparativo com as formas de apresentação desses conteúdos nos livros didáticos de História, distribuídos dentro do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. Assim como, objetivamos perceber o papel das políticas de regulação e avaliação no âmbito do PNLD na apresentação e estruturação dos saberes históricos nos livros didáticos.

Apresentamos inicialmente os dados encontrados no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Vale ressaltar que não refinamos nenhum dado aqui apresentado, ou seja, não selecionamos recorte temporal e nem especificamos quais áreas os programas de pós-graduação deveriam atender. Dessa forma, os primeiros resultados apresentam uma grande produção a respeito da temática da ditadura militar, contudo essas produções diminuem quando estão vinculadas ao saber escolar.

Tabela 1: Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Palavras-chave	Dissertações	Teses
História da Ditadura Militar Brasileira	977	392
História dos Governos Civis Militares	64	32
Ensino de História da Ditadura Militar	275	105
Aprendizagem histórica dos Governos Militares	21	16
Ditadura Militar brasileira na sala de aula	28	7

Fonte: autoras

Num segundo momento pretendemos analisar especificamente as teses e dissertações que se dedicam a discutir o contexto da ditadura militar brasileira e o Ensino de História, assim como também as aprendizagens. Contudo, no artigo aqui apresentado não iremos

discorrer a respeito do estado da arte completo. Somente expressamos os dados a partir da tabela para demonstrar que a discussão a respeito dos governos autoritários brasileiros no âmbito acadêmico e historiográfico possui uma larga produção e debate. E em contrapartida, no ambiente escolar as pesquisas diminuem.

Em relação ao Ensino de História acreditamos que vise, primeiramente, o desenvolvimento de uma consciência para a vida em sociedade, ou seja, problematizador e engajado com as realidades do presente. Consequentemente, depende das formas como esses conhecimentos históricos serão trabalhados em sala de aula. Ao encontro dessa afirmação, segundo Jaime Pinsky e Carla Bassanzi Pinsky, "queiram ou não, é impossível negar a importância, sempre atual, do Ensino de História. A História é referência. É preciso, portanto, que seja bem ensinada" (PINSKY; PINSKY, 2010, p. 19). Nessa citação, os autores chamam a atenção de que o conhecimento histórico não se faz por ele mesmo, não é a disciplina de História que contribui para a formação do sujeito pensante, mas o professor de História que apresenta, reelabora e propõe os saberes Históricos de forma que este pode instrumentalizar seus alunos na arte de pensar. Ainda segundo Ferro (1983), é preciso se levar em conta que o conhecimento do passado não é apreendido de forma uníssona por todos, para cada sujeito ele promoverá múltiplas significações e se transformará no mesmo ritmo das mudanças vivenciadas pela sociedade.

Nesse sentido, o professor é o responsável pelo fornecimento de uma espécie de matéria prima, nesse caso o conhecimento histórico. Além disso, para o desenvolvimento de habilidades para que visem o raciocínio, a crítica e a reflexão. E o mais importante neste processo é que o docente ensina ao educando que existe a possibilidade concreta de raciocinar. Ainda nessa linha, afirmou Jean Vogler (1999) que, a História enquanto disciplina tinha, no passado, como objetivo a construção de uma memória social. No entanto, essa capacidade de influência e contribuição para a formação das memórias coletivas da disciplina de História não ficou no passado. Para o autor, "a escola e, mais precisamente, o Ensino de História têm um papel importante neste domínio. Toda a questão está em saber qual a memória social deve-se desenvolver hoje" (VOGLER, 1999, p. 6). O papel formativo dos saberes históricos, conforme apontado por Vogler, devem ser trabalhados de forma consciente pelo historiador-docente, ou seja, esse deve projetar os temas e valores que poderão ser apreendidos dos conhecimentos históricos ensinados.

Nacionalmente, quando vamos discutir a respeito do Ensino de História é fundamental indicarmos algumas leituras basilares, como por exemplo, Selva Guimarães Fonseca em seu livro *Didática e prática de Ensino de História*, que já está em sua 11ª edição. Nessa obra, a autora discute exatamente o processo de didatização dos saberes históricos para a sala de aula e como esse não é simples. Ao invés disso, devemos pensar na elaboração didática dos conteúdos históricos produzida pelos docentes para o ambiente escolar como um novo saber historiográfico constituído, que apresentará relações com a historiografia acadêmica, mas também com as próprias realidades escolares.

Nessa mesma direção Maria Auxiliadora Schmidt (2010), em seu texto *A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula*, enfatiza o papel produtor de novos saberes dos docentes e como a sala de aula se constitui no processo de ensino-aprendizagem em um grande laboratório de construção de novas narrativas historiográficas. Como forma de evidenciar o que as autoras estão levantando para o debate, ainda apresentamos o livro *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação* de Marc Ferro (1983), no qual o autor aponta para o papel manipulador que a historiografia pode assumir quando embrenhada em nacionalismos e ideologias fascistas. Além desses autores, ainda temos outras colaborações fundamentais como as de Ernesta Zamboni (2020) que em vários de seus textos aponta questões importantes do Ensino de História e da formação de professores, assim como, Ana Monteiro (2007; 2009) que em dois livros traz ao debate as práticas escolares e as experiências de docentes. Ainda nessa direção, Helenice Rocha (2009) ao invés de discutir o ensino propriamente dito, optou por analisar com cuidado as formas de representação dos conteúdos históricos nos livros didáticos, uma contribuição valiosa para o debate historiográfico sobre manuais escolares. Podemos também citar Rebeca Gontijo e Marcelo Magalhães (2009) que abordam em sua obra *A Escrita da História Escolar*, uma organização contributiva para pensarmos o Ensino de História. E além disso, apresentam autores e textos sobre as questões de tempo, fontes e recursos didáticos, que nos propiciam pensar as velhas e novas discussões sobre as maneiras de ensinar. Por fim e não menos importante, temos a geração portuguesa e inglesa que influenciou e ainda influencia pesquisadores brasileiros a pensar o Ensino de História em uma perspectiva teórica e metodológica, que coloca o docente no eixo central da produção de saberes e como um pesquisador da própria prática, dentre os quais podemos citar: Isabel Barca (2004; 2005).

No Brasil os estudos sobre o papel dos livros didáticos para o Ensino de História não são novos, temos pesquisadores já conhecidos como Selva Fonseca (2003), Circe Bittencourt (2010; 2011), Kazume Munakata (2016), Tania Regina de Luca (2009), novamente Ana Maria Monteiro (2007)(2009) que já analisaram exaustivamente as políticas de avaliação dos livros didáticos desde a era Vargas, quando se deu a sua estruturação até a formação do PNLD. Assim, conforme nos informa Matos, “o Programa Nacional do Livro Didático foi criado, como já referido, em 1985, entretanto, somente adquiriu a função de aquisição e distribuição ampla dos livros didáticos para as escolas públicas a partir de 1995” (MATOS, 2013, p. 64) com a reabertura política pós governo militar.

Para realizarmos a presente análise partimos do princípio, conforme afirmou Heloisa Dupas Penteado, que os livros didáticos são “o material disponível, e de uso generalizado em nossas escolas, muitas vezes até por ser o único material impresso de que o aluno e até mesmo a escola e o professor dispõe” (PENTEADO, 2010, p. 234). Em concordância, afirma Circe Bittencourt, que os livros didáticos são “os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da tradição escolar de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos” (BITTENCOURT, 2011, p. 299). Essa posição de "principal recurso" ou até mesmo único, adquirido pelo livro didático, conforme apresentado por Penteado e Bittencourt, alerta para duas questões: a primeira é que o livro é inegavelmente um recurso fundamental para docentes desprovidos de outros meios, como internet e até bibliotecas estruturadas. A segunda questão se centra na percepção de que quando o livro didático se torna o único ou o principal recurso, seja didático, ou de apoio pedagógico do professor, sua estrutura ideológica, portanto, política, se torna hegemônica dentro da sala de aula na qual é utilizado. Isso porque o livro didático como produto cultural transmite os posicionamentos de seus autores.

Para Circe Bittencourt, os livros didáticos são produtos de difícil definição, “por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo” (BITTENCOURT, 2011, p. 301). A imbricação de diversos sujeitos do processo de produção dos livros didáticos, como apontou Bittencourt, demonstram o quanto são materiais imersos em uma face ideológica que transcende a visão do autor, mas adentrar os meandros das expectativas de mercado, ou seja “o livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de

fabricação e comercialização” (BITTENCOURT, 2010, p. 71). Sobre a face ideológica do livro didático, discorreu também Ana Maria Monteiro:

os autores de livros, ao produzirem suas obras, expressam leituras, posicionamentos políticos, ideológicos, pedagógicos, selecionam e produzem saberes, habilidades, valores, visões de mundo, símbolos, significados, portanto culturas, de forma a organizá-los e torná-los possíveis de serem ensinados (MONTEIRO, 2009, p. 176).

Tal análise alerta para o fato que o livro didático enquanto produto de uma sociedade do consumo deve ser estudado enquanto meio de veiculação ideológica, seja ela oficial ou pedagógica. Podemos perceber que o livro didático de História hoje é uma fonte complexa, efeito de tradições historiográficas, escolhas autorais, avaliação de mercado consumidor e regulada pelo Edital de inscrição e concorrência do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. Essa característica, como bem evidenciou Tania Regina de Lucca (2009), Kazumi Munakata (2016), Júlia Matos (2013) (2020), eleva o processo de produção do livro didático para um espaço de "entre lugar", para além das teorias pedagógicas e escolhas de conceituais de conteúdos, o coloca enquanto produto comercial repleto de interesses e interessados, como bem demonstraremos na segunda etapa desta pesquisa. Devido ao seu papel de destaque, os livros didáticos desempenham funções variadas, seja como fonte de orientação “para explicações desenvolvidas nas aulas, como apoio ao planejamento e sugestões para avaliações, como material de estudo e atualização” (MONTEIRO, 2009, p. 175).

Enquanto um produto da sociedade de consumo, acaba por se materializar como um resultado de pesquisas de mercado, ou seja, visto como produto de consumo. Além disso, como corroborado por Matos ele também está “ inserido nas “leis” do marketing, sua feitura obedece às indicações e orientações das políticas educacionais e das discussões pedagógicas do momento” (MATOS, 2013, p. 27), se ajustando aos circunstancialismos e às prerrogativas das políticas da educação, aliado à lógica industrial e cultural do sistema capitalista. Dessa forma, o livro didático assume na vida escolar, um papel de instrumento de “reprodução de ideologias e do saber oficial por determinados setores do poder e pelo Estado” (BITTENCOURT, 2010, p. 72).

A pesquisa aqui apresentada também pretende analisar, num outro momento, os editais envolvidos na produção dos livros didáticos, uma vez que eles possuem duas fases principais “a primeira é marcada pela candidatura dos livros para avaliação e posterior

liberação da listagem dos candidatos, a segunda é a fase na qual os professores, a partir dessa listagem, escolhem quais livros utilizarão em suas salas de aula” (Matos, 2020, p. 74). Nessa perspectiva os professores a partir do Guia fazem a escolha das coleções que desejam trabalhar nos próximos anos. Além disso, é fundamental ressaltar que esse processo envolve diferentes partes, ou seja, o livro didático possui, segundo Matos, uma dinâmica trienal que compõem: os professores “(enquanto o público que seleciona o que chega às salas de aulas), os editores (que encomendam, produzem e lançam os livros didáticos no mercado editorial) e o governo (que os inclui na lista de livros a serem escolhidos pelos docentes” (MATOS, 2020, p. 21). Logo, diversos fatores estão envolvidos na questão do livro didático, seja o mercado, a ideologia, a utilização pelos professores e na ponta dessa cadeia os alunos em salas de aulas.

Além disso, não podemos esquecer também da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que está em vigor desde 2017 fornecendo competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento do estudante durante todo o processo escolar, seja educação infantil, ensino fundamental e médio e também regulamentando o currículo nacional. A distribuição dos componentes curriculares a partir das áreas de conhecimento no Ensino Médio começaram a ser implementados a partir de 2021, logo observamos uma transformação no currículo, uma vez que, as quatro disciplinas - História, Geografia, Sociologia e Filosofia – devem, segundo a base:

tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Cada uma delas pode ser desdobrada em outras ou ainda analisada à luz das especificidades de cada região brasileira, de seu território, da sua história e da sua cultura (BNCC, 2017, p. 562).

O PNLD foi criado em 1985 e desde então, “adquiriu a função de aquisição e distribuição dos livros didáticos para as escolas públicas” (Matos, 2013, p. 64) a nível nacional. Ele também será o responsável pela implementação desse novo currículo escolar a partir das competências presentes na BNCC, pois é justamente os editais do programa que regulamentam as normativas necessárias para os materiais didáticos, conforme nos aponta a historiadora, “o aprimoramento dos critérios do Programa se deu não apenas pela percepção de falhas, mas também pela renovação das políticas educacionais” (MATOS, 2017, p. 67)

algo atual e em período de transformação. Segundo as normativas curriculares propostas pela base a área “propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética” (BNCC, 2017, p. 563) e tal compromisso teria como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia e liberdade de pensamento, ou seja, “a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza” (BNCC, 2017, p. 564). São justamente essas duas frases do documento que nortearam a pesquisa aqui apresentada.

Além disso, a base traz em seu interior seis competências específicas para área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, aqui dispostas:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2017, p. 570).

Além de avaliar os livros didáticos a partir das habilidades, acima citadas, pretendemos analisar também como esses temas a respeito dos governos ditatoriais foram apresentados, discutidos ou silenciados, pois como nos informa Carlos Mathias “novos temas foram introduzidos nos livros didáticos e nos currículos de história, tais como: cotidiano, família, lazer, sexualidade, gênero, feitiçaria, inquisição, vida privada, infância, memória, mentalidade, imaginário, cultura material, dentre outros” (MATHIAS, 2011, p. 45). Nesse sentido, “a relação entre escola e cultura foi incorporada nas políticas educacionais visando

três objetivos: o reforço da auto-estima dos alunos; o fortalecimento das identidades sociais; e a ampliação dos repertórios culturais” (NAPOLITANO, 2010, p. 73).

O último momento da pesquisa destina-se a construir com auxílio e parceria do Programa de Pós-graduação em Ciências da Computação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG, na linha de inteligência computacional, uma plataforma de acesso a materiais didáticos, elaborados dentro deste plano, que serão compostos de artigos, powerpoints, disponibilização de fontes documentais e propostas de utilização desses materiais em sala de aula. Essa plataforma de acesso à informações adaptadas para o uso didático, com foco no suporte docente, terá uma versão em forma de aplicativo mobile, com vistas a facilitar e difundir o acesso. Após realizadas essas etapas deste plano de trabalho, iniciaremos a terceira e última fase que trará uma contribuição válida para o campo do Ensino de História Política no Brasil. Isso porque nessa fase, apresentaremos um sistema de registro e levantamento de dados dentro do aplicativo para mobile, como forma de etapa para acessar os materiais didáticos disponibilizados.

Além disso, desenvolver esse plano de inovação tecnológica junto ao C3 da FURG e ao LAPEDHI - Laboratório de pesquisa e Ensino em Didática da História - nos trarão contribuições conceituais e teóricas, tanto da linha de pesquisa, quanto da supervisão que serão centrais para que esse plano de pesquisa e inovação tecnológica. Ainda, cremos que o próprio plano poderá também ser de contribuição positiva para o Programa de Pós-graduação em História da FURG e para o campo do ensino que poderá contar com um aplicativo para mobile gratuito que possibilitará acesso a informações, documentos, planos de aula, materiais diversos, notícias que contribuirão para o fazer docente em sala de aula. Isso tudo com o objetivo de contribuir para o campo do Ensino de História. Nessa perspectiva, o presente projeto de inovação tecnológica, visa contribuir para o atual debate que tem evidenciado que, de acordo com Allieu (1995), separar a análise da disciplina de história ensinada no espaço escolar formal dos debates acadêmicos é

artificial e mutilante. Artificial porque suas gêneses se entrecruzam [...] Mutilante porque História de referência e História escolar fazem parte de um sistema produzido pelos homens de uma mesma época. Dissociá-los nos parece esvaziar a História de sentido (ALLIEU, 1995, p. 124-125).

Portanto, conforme a reflexão do autor, a indissociação entre os conhecimentos históricos acadêmicos e os escolares é um importante instrumento para o repensar a História enquanto disciplina escolar e como saber. Essa tarefa se projeta em, conforme afirmou Elza Nadai e Circe Bittencourt, uma parada, ou seja, um tempo para a reflexão sobre pontos estruturantes do conhecimento histórico que transcendem os conteúdos, suas metodologias de ensino e teorias. De acordo com as autoras, “Trata-se de refletir sobre o sentido político e social da disciplina histórica” (NADAI; BITTENCOURT, 2011, p. 94). No entanto, para essa reflexão é importante que sejam oferecidas ao historiador-docente condições e espaço de estudo e aprimoramento de seus conhecimentos.

Também visamos a partir do acesso virtual um registro e levantamento de dados exigido dos docentes que quiserem acessar os materiais didáticos, assim uma função fundamental para a etapa qualitativa desta pesquisa. Será nesse registro que propomos um levantamento de dados em forma de questionário qualitativo/quantitativo que solicitará aos docentes que apresentem suas formas didáticas de ensino da História dos governos autoritários no Brasil do século XX, especialmente da Ditadura Civil Militar brasileira. Nessa etapa, buscaremos entender através das respostas dos docentes, que tenham voluntariamente acessado o aplicativo mobile, como ensinam, quais recursos didáticos utilizam, como se apropriam dos livros didáticos, o que sabem desse período histórico, se o tempo em sala de aula é suficiente para o ensino e se acham facilmente acesso a materiais referente a esse conteúdo curricular. Além da difusão do produto, ou seja, do aplicativo para mobile se dará via os programas de pós-graduação que serão convidados a fornecer materiais para comporem a base de dados do App, assim como, chamadas que serão realizadas através de artigos de divulgação científica que demonstra nossa análise do processo, assim como do próprio desenvolvimento do aplicativo. Logo, buscando uma maior visibilidade para esse tema sensível da historiografia nacional.

Conclusões

Aqui evidenciamos o foco e contribuição central do debate levantado pela pesquisa aqui proposta: não podemos separar os conhecimentos históricos considerados acadêmicos daqueles ensinados na escola. Por isso, nossa problemática é centrada em perceber "quais são as relações existentes, hoje, entre a produção historiográfica acadêmica sobre governos autoritários brasileiros no século XX, os saberes didáticos nos manuais escolares de história e o Ensino de História na Educação Básica?".

Outro ponto fundamental é pensar que os impactos tecnológicos serão imediatos, pois o aplicativo poderá ser baixado gratuitamente por qualquer docente em seu celular, fornecendo através de um recurso tecnológico de fácil acesso materiais didáticos, documentos, propostas, planos e outros que contribuirão para a prática docente, ou pelo menos visam contribuir. Da mesma forma, o aplicativo terá uma grande contribuição científica, pois através dele poderemos levantar dados sobre a prática docente relativa ao Ensino de História no Brasil, o que contribuirá para pensarmos nossas abordagens no campo educacional. Dessa forma, nosso interesse é divulgar trabalhos e escritas a respeito do tema da ditadura civil militar no Brasil e dos governos autoritário e conseqüentemente instrumentalizar o docente por meio da ferramenta. E também o recolhimento de dados qualitativos e quantitativos sobre o tema buscando o melhor aperfeiçoamento do mobile, do material desenvolvido pelo projeto e posteriormente um diagnóstico dessas discussões a partir dos questionários. Todos os dados dispostos durante a pesquisa utilizaram a metodologia da análise de conteúdo para mapeamento dos dados, sejam os livros didáticos analisados, os editais propostos pelo PNLD e posteriormente os questionários dos docentes.

Assim, como foco em responder tal questionamento, chamamos a atenção para o fato de que este estudo está no campo da História Política, para além do campo de ensino, pois prevê a análise do sistema político que envolve as relações entre universidades, livros didáticos e escolas. Um ponto fundamental para que esse plano se realize é estar suportado por uma linha de pesquisa que compreenda o quanto o campo de História política brasileira ainda está fragilizado, mesmo depois da renovação dos anos de 1980 e atualmente com a grande tensão política nacional envolvendo tanto a direita como a esquerda.

Referências

ALLIEU, N. De l'Histoire des chercheurs à l'Histoire scolaire. In: DEVELAY, M. **Savoirs scolaires et didactique des disciplines: une encyclopédie pour aujourd'hui**. Paris: ESF Editeur, 1995.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: Uma nova área de investigação. In. ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez anos de pesquisa em Ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005, p.15-25.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: um projecto à avaliação. In. BARCA, I. (org.) **Para uma educação histórica com qualidade**. Braga: Uminho, 2004, p.131-144.

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1979.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CERTEAU, Michel de. Fazer história. In:--- **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.
- FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de Ensino de História**. 11 ed. Campinas/SP: Papirus editora, 2003.
- LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 151-172.
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O Ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos** 15(1):40-49, Janeiro/Abril 2011 Disponível em revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/959/163. Acesso em: 21 de març. de 2022
- MATOS, Júlia Silveira. **Ensino de História, diversidade e os livros didáticos: história, políticas e mercado editorial**. Rio Grande: Editora da Universidade Federal do Rio Grande, 2013.
- MATOS, Júlia Silveira. **Ensino de História, diversidade e os livros didáticos: história, políticas e mercado editorial**. 2ª edição revi. e ampl. Curitiba: CRV, 2020.
- MIRANDA, Sonia Regina & LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144 - 2004. Disponível em: <http://www.scielo.com.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf>, Acesso em: 15/04/2012
- MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no Ensino de História. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 175-199.
- MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História e Educação**. (Online) Porto Alegre v. 20 n. 50 Set./dez., 2016 p. 119-138. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/cwYpSWdmxxpLjK7ZRGfxhmc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15/04/2012.
- NADAI, Elza & BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime. **O Ensino de História e a criação do fato**. 14.ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 93- 120.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Bassanezi. **Novos temas nas aulas de História**. 2ª ed. -São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e conseqüente. In: ROCHA, Helenice Aparecida Basto; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV, 2009

RODRIGUES, Maria Rocha. **Os usos do conhecimento histórico na compreensão da realidade**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 54-66.

SILVA, Cristiani Bereta; ZAMBONI, Ernesta. **Ensino de História, memória e culturas**. São Paulo: Editora CRV, 2020.

VOGLER, Jean. **Pourquoi enseigner l'histoire à l'école?** Paris: Hachette, 1999.

Recebido em: 24 de julho de 2023

Aceito em: 30 de outubro de 2023
